

Incertezas sobre a área econômica

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, deve fazer seu primeiro pronunciamento público hoje, às 14h30, no plenário do Senado Federal, onde anunciará os primeiros nomes de sua equipe — nove dias depois de empossado —, traçará as linhas básicas do que deverá ser a política econômica do governo Itamar Franco, de agora em diante, e defenderá a necessidade de aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), além de prestar contas sobre o processo de condenação que sofreu, do Tribunal de Contas da União, em 1975.

Até o final da noite de ontem os nomes para a composição da equipe de Resende não estavam confirmados. Dependiam da aprovação do presidente da República, que não havia aceito as ponderações de Pedro Malan para não ocupar o cargo de presidente do Banco Central (BC), embora já estivesse examinando o nome de Paulo Cé-

sar Ximenez para o BC, que fora convidado pelo ministro da Fazenda, conforme apurou a editora Maria Clara R.M. do Prado, deste jornal.

Outros dois nomes estavam escolhidos por Eliseu Resende: Vando Pereira Borges para a secretaria executiva e o economista do antigo Geipot, Vandi Magalhães, que foi apresentado ontem pelo ministro como um de seus colaboradores, mas sem cargo definido, ainda.

A presença de Eliseu Resende no Senado, cumprindo uma convocação feita anteriormente ao então ministro Paulo Haddad, será decisiva para contornar os problemas políticos causados pela substituição de nomes no Ministério da Fazenda.

Antes, pela manhã, todos os ministros do governo Itamar deverão comparecer a uma reunião no gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, para, juntos com as lideranças do governo no Congresso, discutir as estratégias do Executivo, daqui por diante, aparente-

mente vencida a crise que abalou o presidente da República, na semana passada. Será um encontro para "unificação da linguagem do governo", como definiu um dos convocados para essa reunião.

As declarações da ministra-chefe da Secretaria de Administração, Lúiza Erundina, ontem em Belo Horizonte (MG), reconhecendo a falta de "coesão" do governo Itamar Franco e a necessidade premente de o governo ter um programa mínimo, capaz de aglutinar as forças políticas, teriam aborrecido o presidente da República. Ontem à noite, em reunião com os líderes do governo no Congresso, com os ministros Fernando Henrique Cardoso, do Itamaraty, e Yeda Crusius, do Planejamento, esse episódio envolvendo a ministra Erundina teria sido avaliado pelo presidente.

O ministro da Fazenda passou o final de semana preparando-se para o debate de hoje. Durante os dias em que continuou assessorado pela equipe de Haddad, tomou conhecimento dos planos de estabilização, que estavam sob avaliação no ministério, e, assim como o ex-ministro Gustavo Krause e o próprio Haddad, nem chegou a se deter sobre um documento preparado em dezembro do ano passado, pelos economistas oficiais, para fundamentar um plano de estabilização ainda na gestão de Krause.

O documento, "um papirinho, um texto arqueológico", segundo Emílio Carrazai, secretário-executivo demissionário da Fazenda, foi publicado no último final de semana como sendo "o plano Haddad". Ele produziria um alongamento compulsório da dívida pública mobiliária e, por essa razão, foi "totalmente sepultado quando assumi o ministério", disse Haddad ontem a este jornal.

"Acho que o documento foi vazado intencionalmente, para denegrir a minha imagem de homem público", comentou Haddad, alegando que, entrevistado sobre aquele texto, ele, assim como Carrazai e o presidente do Banco Central,

(Continua na página 5)

Terça-feira, 9 de março de 1993 — GAZETA

• Nacional

PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

Incertezas sobre a área econômica

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Gustavo Loyolla, explicaram toda a cronologia dos fatos e as bases do plano que estavam preparando, "mas não deram uma linha sequer".

No relato do ministro e de Carrazai, o plano de estabilização que seria levado ao presidente Itamar no dia 13 próximo estava baseado na prefixação dos agregados monetários e das tarifas públicas. Essa prefixação seria precedida de um "tarifaço" que, através de projeto de lei ou medida provisória ao Congresso, seria expurgado do índice de inflação.

Os juros pela — âncora monetária — sofreriam pesadas oscilações, mas poderiam ser contornados pela administração das reservas bancárias. A privatização das estatais, que renderia recursos ao Tesouro Nacional pela forma mais "agressiva" como estava proposta, permitiria, ao longo dos dezoito meses de gestão Itamar, arrecadar cerca de US\$ 22 bilhões para resgatar todos os Bônus do Banco Central (BBC) em poder do público, permitindo, assim, o fim da carta de recompra que garante a liquidez diária dos títulos públicos. Este era o esboço do programa de Haddad, como ele próprio garantiu.

NOTA DO PLANALTO

O Palácio do Planalto descartou ontem em nota oficial a adoção de uma provável medida de alongamento compulsório da

dívida mobiliária. A proposta seria um dos principais itens do plano de estabilização econômica que o ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, apresentaria ao presidente Itamar Franco no próximo dia 13.

O comunicado esclarece que o presidente quer retomar o crescimento econômico através da contenção da inflação, sem com isso permitir o alongamento da dívida. O Palácio também negou que o governo pretenda intervir em contratos livremente negociados entre os agentes econômicos.

A seguir a íntegra da nota.

"1. Em nenhum momento, a nível da Presidência da República, cogitou-se a adoção de medidas que implicassem no alongamento compulsório da dívida mobiliária ou qualquer outra forma de desrespeito aos contratos livremente negociados entre os agentes econômicos.

2. Nessas condições, não haverá qualquer tipo de plano de alongamento compulsório da dívida mobiliária. Mais do que isso existe o firme compromisso do presidente da República, já divulgado em várias oportunidades, de não permitir que ações desse tipo sejam adotadas.

3. O presidente da República reitera que a contenção do processo inflacionário com vistas à retomada do crescimento econômico e à solução dos problemas sociais constitui a diretriz básica de seu governo".